

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA.

DATA : 1º de março de 1996
HORÁRIO : 10:00 horas
LOCAL : Centro Administrativo Taguaré

Sob a presidência do Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Junior e com a presença dos Conselheiros, todos constantes do Livro de Presença, foi realizada a 33ª Reunião Ordinária do CAP, na sala própria do Centro Administrativo Taguaré.

Na abertura dos trabalhos o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e referiu-se ao primeiro item da pauta.

1. CUSTO PORTUÁRIO

- *Andamento dos Estudos de Levantamento dos Custos de Operação com Contêineres no Porto de Paranaguá, a cargo dos Blocos II e IV, em cumprimento a deliberação anterior aprovada pelo CAP.*

Em seguida passou a palavra ao Conselheiro José Carlos Possas para que este pudesse relatar sobre os entendimentos dos Operadores Portuários com a empresa de Rebocadores e a Praticagem, tendo em vista a redução de seus custos.

O Conselheiro disse em seguida como estavam os entendimentos. No que tange a Praticagem o assunto está paralisado há 60 dias. Disse que foram feitas propostas por parte da Praticagem, o SINDAPAR fez a contra-proposta e até o momento não houve manifestação da Praticagem. O Conselheiro entende que não vê possibilidade de um acordo uma vez que a Praticagem vem procurando fazer acordos paralelos com os Armadores.

A respeito dos entendimentos entre o SINDAPAR e as Companhias de Rebocadores, disse que até o final da próxima semana deverá acontecer um acordo, com comprovada redução de custos.

Presente à reunião o Sr. Fernando Mazzitelli, representante das empresas de Rebocadores que confirmou acordo para a semana que vem (na próxima quarta-feira), restando apenas fazer uma avaliação com o Terminal da Catallini.

O Sr. Presidente, em seguida, quis saber da Comissão encarregada de realizar estudos sobre o custo de contêineres, tendo o Conselheiro João Gilberto Cominese, dito que na próxima reunião do CAP irá se reportar sobre os custos dos Armadores e Exportadores.

O Sr. Superintendente, de posse de um estudo mandado fazer pelo Centro Nacional de Navegação Transatlântica, transmitiu ao Conselho, que o Porto de Paranaguá, entre os principais portos nacionais (Rio Grande, São Francisco, Santos, Rio de Janeiro, Itajaí, Vitória, Salvador e Fortaleza) é um dos que apresenta menores custos portuários do Brasil.

Depois, falou de denúncias contidas sobre o que está sendo pago em Paranaguá no contêiner, falou de uma sobretaxa de 300 dólares cobrados no transporte de São Francisco à

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Paranaguá e historiou as dificuldades de um micro-empresário do interior (Cascavel), que comprou nos Estados Unidos uma máquina de bordar, que custa 140 mil dólares, isenta de impostos, e que houve um certo atraso na importação. Referido importador pagou de frete R\$ 5.445,00 e, que lhe cobraram, à priori, R\$ 11.345,00 em dezembro/95 e, por problemas a carga, só foi liberada em 16/02/96, o que ocasionou um acréscimo no seu custo de mais de R\$ 15.800,00 de armazenagem. O Superintendente informou que esse importador procurou a APPA para uma composição e o porto vai fazer o que estiver ao seu alcance. Em seguida, o Sr. Superintendente enfatizou ao CAP a necessidade de que os segmentos envolvidos procurem baixar seus custos. Para liberar, finalmente, a máquina, esse importador teve de pagar cerca de 23.000 mil reais. No caso deste micro-empresário, a máquina por ele importada vai contribuir para novos empregos. Em função disso, o Sr. Superintendente pediu ao Conselho uma reflexão sobre a mencionada necessidade de reduzir o custo portuário.

O Sr. Presidente, diante do exposto pelo Superintendente, solicitou do Grupo de Estudos de Desenvolvimento Econômico Estratégico, criado pela Resolução nº 008/95, mantenha contato com o Diretoria Empresarial da APPA a fim de identificar os problemas e apresentar ao CAP na próxima reunião.

O Conselheiro Luiz Philippe, disse que é preciso levar em conta que há dois custos no porto, um com a despesa de armazém e outro com o equipamento do armador e que é preciso estar atento se o importador não está deixando a mercadoria em armazéns do porto para especular no mercado. Ressaltou que, nos portos do exterior, a liberação de contêineres, em alguns deles, é limitada em 48 horas e que, no Brasil, a burocracia da Alfândega contribui para o retardo de liberação dos contêineres.

A respeito da sobretaxa de 300 dólares, o Conselheiro Luiz Philippe enfatizou a necessidade de Paranaguá melhorar os níveis de eficiência portuária e, com isso, ganhar a escala de mais linhas de navegação. Isso evitaria o tipo de sobretaxa para o importador que se utiliza de um armador que não faz escala em Paranaguá, como foi o caso dessa carga, que foi à São Francisco.

Lembrou que por diversas vezes já enfatizou que Paranaguá, no passado, atraiu número apreciável de linhas de navegação e que, agora, por dificuldades diversas tem perdido algumas delas, por não ter se preparado para a demanda.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho disse que existe uma perplexidade muito grande por parte do empresariado no que tange as mudanças que estão acontecendo no mundo e no Brasil e isso não é diferente no porto. Ressaltou que é muito importante a existência da Comissão que trate de custos e que ela deveria ser ampliada de molde a incluir tudo o que possa influenciar na eficiência do porto. Disse que o porto tem tradição de porto Graneleiro. Defendeu que o porto precisa ter uma visão estratégica através da formulação de políticas que definam o que realmente queremos do porto, pelo que ele representa ao Estado.

Referiu-se a boa notícia trazida pelo Sr. Superintendente que diz que o nosso porto tem um dos menores custos, mas ressaltou *"Além de ser o mais barato tem de ser também, mais competitivo"*

Completo que num processo de mudanças devemos estar abertos a elas.

O Presidente em seguida lembrou que o Grupo de Estudos de Desenvolvimento Econômico Estratégico foi criado em 1995 pela resolução 008/95 do CAP em 27.11.95, citando sua

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

composição e pedindo que seus membros levassem em conta os comentários feitos na reunião a respeito dos custos portuários, tendo em vista a eficiência do porto.

Com respeito as cargas alfandegadas e sua liberação, o Sr. Presidente leu inteiro teor do ofício encaminhado a senhora Superintendente da Receita Federal, Dra. Thaisa Jensen Ferreira, no qual é reivindicado a transformação da Inspetoria da Receita Federal para Alfândega.

E logo após, o Sr. Presidente disse ter conversado com o Dr. André Luiz Rocha Pombo, novo Inspetor Fiscal da Receita Federal, que se mostrou de acordo e que pretende convidá-lo para participar de uma reunião do CAP.

O Conselheiro José Luiz Boabaid, com respeito a reivindicação da transformação da Inspetoria da Receita Federal em Alfândega, disse ter entrado em contato com o Ministro José Eduardo Vieira, pedindo sua intercessão junto ao Ministro Pedro Malan, a fim de agilizar essa reivindicação.

2. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE FUNDEIO

O Sr. Presidente, referindo-se a este item da pauta, disse que, na última reunião, foi colocado o problema ocorrido com um navio que iria descarregar em Antonina relativo ao porto de destino e seu fundeadouro. Na oportunidade, foram feitas várias considerações a respeito, tendo sido aprovado, pelo Sr. Presidente do CAP, por solicitação do Conselheiro Arivaldo Barbosa José, do Bloco dos Trabalhadores, que o Superintendente da APPA coordenaria uma reunião com os Sindicatos dos Portos de Paranaguá e Antonina para analisar e decidir sobre o assunto que seria trazido ao CAP.

O Superintendente, reportando ao assunto, disse da competência da APPA e da Capitania dos Portos e que, depois, que a questão for tecnicamente definida, que promoveria a reunião com os Sindicatos para, posteriormente, ouvidas as partes, verificar quais as possíveis restrições, à sugestão apresentada.

O Sr. Presidente disse que está sendo preparada, em conjunto com a APPA, após a dragagem, uma portaria definindo o calado do berço, canal, Bacia de Evolução etc.

O Superintendente destacou o papel do Governo do Estado, a participação pela importância que estarão dando a todo o litoral paranaense. É um trabalho que desdobra na eficiência da APPA.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José instou o Sr. Superintendente de que gostaria de participar das reuniões a respeito, tendo recebido de sua parte total aquiescência.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho realçou a necessidade de que a APPA adote uma política de Marketing, diante do quadro positivo que a dragagem e o serviço realizado pela DHN, está proporcionando ao Porto, de molde a melhor divulgar o porto.

Sugeriu a confecção de um "Folder" retratando a nova realidade portuária e encaminhando, inclusive, às embaixadas do Brasil e vendendo o porto no exterior para todo o comércio internacional.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Conselheiro Luiz Phillippe referindo-se ao fundeio do navio em Antonina, ressaltou o esforço dos empresários locais, que tem contado com o apoio de fora do Paraná.

Referiu-se, auspiciosamente, a celulose movimentada naquele terminal que contribui para a geração de novos empregos, impostos etc. Entende, que ainda são necessárias algumas medidas que melhorem a movimentação, e considerou o custo da Praticagem, ainda, elevado. Depois, referindo-se a Antonina, disse que a ativação de seu porto é positiva, pois enquanto outros portos se extinguem, ele renasce, não apenas com cargas do próprio Estado, mas com cargas de fora, como o caso da movimentação de celulose que poderia ser feita por outro porto. É um esforço no sentido de criar oportunidades novas no Estado.

O Conselheiro Julio Monteiro, dizendo ter viajado com o responsável pela empresa que está operando em Antonina, disse que ele está encontrando muitas dificuldades por falta de apoio de parte dos transportadores, da comunidade do porto, e de entidades sindicais, e, que pretende trabalhar com material ligado à carga geral e que, inicialmente vai operar com importação e, mais tarde, exportação para o MERCOSUL. Informou que esse tipo de investimentos não se pode perder.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, denunciou que a Flutrans fica de duas a três semanas, para saldar sua dívida com a Estiva. Presente à reunião, o Presidente do Sindicato dos Estivadores, Izaias Vicente, destacou a importância da parceria entre o capital/trabalho. Depois referindo-se às notícias negativas publicadas pela imprensa a respeito da invasão de navio fundeado em área destinada ao Porto de Antonina, disse que não concordar com elas. Elas denigrem a imagem do Porto, mas ele não concorda com a posição do empresário do Porto Antoninense que, na mesa de negociações, aceitou a redução do terno de 10 para 6 homens e no primeiro navio, após o acerto, não chamou a Estiva. Houve a confusão, com a invasão à bordo, depois a participação da Capitania e, em seguida, a requisição de estivadores e toda a questão levantada com as áreas de fundeio. Acha que deve ser estabelecido os limites, mas que isso exige negociação.

Insistiu que, quando o assunto for para a mesa de negociações, o que for decidido deve ser respeitado.

O Sr. Presidente, comentando o episódio, lembrou que o navio não pertencia a FLUTRANS e que apenas seus equipamentos foram utilizados para descarga, depois disse que, pela Portaria em vigor, o fundeio desse navio se fez em águas do Porto de Antonina, justificando, portanto, ser operado pela Estiva daquele porto.

Em seguida, referiu-se a Comissão formada pelo CAP, na reunião anterior, destinada a dirimir as dúvidas.

O Conselheiro Luiz Phillippe, após várias considerações a respeito da utilização da Estiva, disse que os navios que ele representa necessitam de mão-de-obra especializada do estivador. Acha fundamental a participação dos estivadores citando, inclusive, um episódio com movimentação de papel, para o Estado de São Paulo, realizada em Paranaguá e que, graças a eficiência dos estivadores, foi realizada melhor do que outras realizadas em Santos e, que a Estiva de Paranaguá deve conquistar seu espaço pela eficiência de seu trabalho.

O Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo, dizendo que a jurisdição sindical deve ser resolvida, reafirmou que Antonina é uma opção. É mais uma alternativa para baratear seus custos. Recentemente, disse o Conselheiro, a firma que representa necessitou fazer uma importação

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

de adubos. Vistos os custos de operação de Paranaguá e Antonina, eles se mostraram quase equivalentes, todavia o tempo de espera para atracar em Paranaguá (4 a 5 dias), iria determinar o pagamento de "demourage", onerando a operação. Em Antonina isso não ocorreu em razão de não haver tempo de espera e a velocidade de operação ter sido boa, com isto, a empresa ganhou, inclusive, no que se refere a frete.

O Conselheiro Julio Monteiro reportando-se a movimentação de adubos pelo Porto de Paranaguá, disse que o custo médio por tonelada fica em torno de 15 dólares e meio por tonelada, numa estadia média do navio no porto de 4 a 5 dias para atracação. Pelo Porto de Antonina está ficando por 14, 14 dólares e meio por tonelada, com um dispatch em torno de 2 a 3 dólares. Significa que a operação, por Antonina é mais vantajosa que por Paranaguá.

3. NORMAS REGULADORAS DAS ATIVIDADES DO OPERADOR PORTUÁRIO

O Sr. Presidente disse que o assunto vem sendo encaminhado. Falou sobre as propostas dos Operadores Portuários, da APPA e dos Trabalhadores, esperando reunir a Comissão, já na próxima semana, a fim de definir o assunto. Solicitou que o Bloco dos Trabalhadores faça chegar aos demais Blocos a sua proposta.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO CAP

- *Estabelecimento de um cronograma de trabalho para 1996 à luz dos preceitos de competência do CAP prescrito na Lei 8630.*

Comentando este item da pauta, o Sr. Presidente destacou como, *muito importante*, para o porto a conclusão do Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em 1995, ficando para 1996 a realização de sua Revisão. Tivemos a aprovação da Tarifa Portuária e a Valoração Tarifária, que ficou de ser estudada pelo Bloco dos Empresários.

Falando a respeito da Valoração, o Conselheiro João Gilberto Cominese Freire, disse que sobre a *Carga Geral e Contêiner*, já existe uma contraproposta a ser apresentada à APPA e que oportunamente ele apresenta ao CAP as conclusões. O Sr. Presidente considerou esta, uma das metas para 1996, da mesma forma que considerou importante a definição desse assunto. Continuando, o Sr. Presidente referiu-se as Normas das Atividades do Operador Portuário, que ele espera resolver com os Blocos e, que tem outras metas a cumprir, de acordo com o PIMOP e, sobretudo, trabalhar utilizando como orientação os 16 itens de competência do CAP, estabelecidos pela Lei 8630.

Em seguida, o Sr. Presidente, dentro da idéia do estabelecimento de um cronograma de trabalho para 1996, à luz dos preceitos de competência do CAP, fez uma análise detalhada dos 16 itens.

Durante a exposição o Sr. Superintendente informou sobre o *horário de trabalho* já apresentado pela APPA ao CAP, dizendo que aguarda posicionamento dos trabalhadores, tendo o Conselheiro, Arivaldo Barbosa, em aparte, dito que deseja conversar sobre o assunto.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

No que tange ao *Orçamento*, e o que foi dito sobre a locação de 28 milhões de reais para o porto em 96, o Sr. Superintendente disse que espera definição da parte dos Governos Federal e Estadual

Sobre o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, o Sr. Superintendente disse que se encontra nas esferas do Governo do Estado e que não tem uma previsão para entregá-lo podendo ser prontificado no próximo mês ou em dois ou três anos. Observou, todavia, que nenhum porto ainda o fez, tendo a Conselheira Maria do Socorro, dito que o Ministério dos Transportes, está devolvendo o que foi feito porque, nos planos apresentados, inexistia a visão estratégica de desenvolvimento portuário.

Encerrando o assunto, o Sr. Presidente considerou importante rever o Regimento Interno do CAP, participando, por outro lado, que vai apresentar um cronograma tentativo para 1996, para avaliação do CAP.

5. RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA

O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, relatou as diversas providências no Corredor de Exportação, no sentido de recuperar os equipamentos, inclusive, Ship-Loaders. Foi feita revisão no painel central. Disse que o cronograma a respeito foi todo cumprido.

Comentou a licitação para substituição de "Redlers", e o projeto de despoeiramento do silo. Sobre a "cablagem", disse que sua colocação será feita mesmo durante a safra. Depois falou da "Madal" e as providências mecânicas que foram tomadas. Disse estar com problemas o "Portainer" e que pretende tomar o "Spread" com posição automática.

O Sr. Superintendente, complementado disse que a APPA está trabalhando para recuperar o "Ship-Loader 4", através da iniciativa privada, que está em negociações com o Porto de Rio Grande e o Ministério dos Transportes para trazer o "Ship-Loader" lá existente e que se encontra ocioso. Disse que o Ship-Loader está praticamente novo, mas tem reparos para fazer. Esse é um "Ship-Loader" com 450 metros de correias transportadoras.

Disse, que fez uma reunião para o repotenciamento do Corredor de Exportação e verificação de navios não condizentes para entrar no Corredor. Depois informou que a "cablagem" e a substituição dos "Redlers", significa um gasto de 4 milhões e quinhentos mil reais pelo Estado. Sobre os "transtêmeres", informou que aumentou a haste de transporte, tendo em vista a eficiência dos guindastes, disse que, em 1994, os adueiros investiram um milhão e duzentos mil reais e em 1995 nada, e o porto colocou em média 3 guindastes operando.

A respeito do TECON, a APPA entende que deve ser passado à iniciativa privada.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, diante das notícias publicadas pela imprensa, sobre problemas de exportação do soja no Porto de Paranaguá, manifestou-se preocupado, tendo o Sr. Superintendente explicado que a Federação da Agricultura tem razão em parte nas alegações publicadas pelo jornais, noutras não.

Depois, o Sr. Superintendente referiu-se a uma reunião feita no Sindicato dos Condutores, onde falou sobre uma Indústria de Camaçari na Bahia, que tem um potencial de 700 mil toneladas de polipropileno, que deseja trazer para o Sul e fazer de Paranaguá a sua sede, mas embarra no custo portuário. Ele paga R\$90,00 por caminhão e deseja ter uma despesa em torno

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

disso. São 30 milhões de sacas de 25 Kg de polipropileno que irão ser transportados e distribuídos para a Região Sul, e isso pode vir aqui para Paranaguá. Daí a necessidade de conversar com a Praticagem, Rebocadores e demais segmentos e fechar um custo adequado. Houve um primeiro contato, e ele espera trazer esse produto para Paranaguá. No ano passado trouxemos 500 mil toneladas de açúcar, entre ensacados e a granel, que não tinha. Este ano, está prevista a movimentação de açúcar a granel e mais a possibilidade de implantação um terminal de açúcar para 20 milhões de sacas, ou seja um milhão de toneladas. Destacando que vai utilizar apenas 4 homens num navio, significando economia de custos e maior utilização de mão-de-obra da cidade. Disse que só manteremos o nível de emprego, se baixarmos o custo e aumentarmos o número de navios e a movimentação de cargas.

Em aparte, o Conselheiro Arivaldo Barbosa José, disse que os Trabalhadores estão do lado das iniciativas da APPA.

O Sr. Superintendente salientou que tem profundo respeito pelo CAP, pelo que ele tem produzido. O CAP é o fórum para essas discussões. Por isso entende, que todos os segmentos na questão das cargas, como o polipropileno, é necessário que se unam e se esforcem para reduzir seus preços.

O Conselheiro Arivaldo informou que o Sindicato dos Estivadores contratou o DIESE para orientação da categoria, inclusive, estudar questões como essa de *Custo Fechado*.

Disse que sua categoria não deseja ser "gargalo" da exportação.

O Conselheiro Luiz Phillippe, disse que o transporte de polipropileno é feito por caminhão. Destacou a necessidade do envolvimento dos segmentos, inclusive dos Armadores. Disse, ainda, que um projeto desta ordem, Paranaguá leva boa vantagem pela experiência que tem com navios especializados e se for feito um trabalho integrado pode ser muito positivo para Paranaguá.

O Conselheiro Julio Monteiro, falando sobre o Fundo de Manutenção de Equipamentos Portuário, disse ter na Associação Comercial 800 mil dólares à disposição do Porto, para a manutenção de equipamentos nos mesmos moldes do Fundo de Dragagem. Este Fundo é constituído pela movimentação de fertilizantes no Porto em dólar por tonelada, rigorosamente controlada pela ACIAP e auditada pelo Sindicato do Aduo.

O Conselheiro José Luiz Boabaid, disse que, apesar do Contrato de manutenção (ACIAP/APPA) ter sido desfeito, o fundo permanece.

O Conselheiro José Carlos Poças referindo-se ao problema da soja, levantado pelo Conselheiro Arivaldo Barbosa José, disse que a Nota Jornalística, ainda que feita por analista de mercado, é equivocada e precipitada, não condiz com a realidade. Aproveitou para informar que já existe nomeados para soja, no período de 15 de março a 15 de abril, 6 navios para carregarem 350 mil toneladas. Provavelmente o volume movimentado em Paranaguá este ano será maior que o do ano passado.

O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, disse que a APPA está consertando o guindaste nº 17 com seus próprios recursos. Tendo o Conselheiro Julio Monteiro de Souza, dito que o dinheiro do Fundo de Manutenção está à disposição.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Sobre o preço fechado proposto pelo Superintendente, disse o Conselheiro José Luiz Boabaid que a ACIAP fez uma reivindicação ao Presidente da CONAB no sentido de ela fizesse toda sua movimentação por cabotagem. Na ocasião, o Presidente perguntou se Paranaguá iria responder em termos de custo e ele respondeu que sim. Em seguida, reivindicou do Superintendente o mesmo para a CONAB.

O Superintendente solicitou do Presidente da ACIAP que promova uma reunião com todos os segmentos envolvidos a fim de tratar do assunto.

O Sr. Presidente do CAP lembrou que, na eventualidade de outros portos manifestarem desejo de trabalhar com o polipropileno, nossos custos necessitarão ser competitivos com o deles.

Dentro da temática, o Conselheiro Lourenço Fregonese, disse ter sido procurado pela empresa responsável pela montagem dos tubos que vai construir o gasoduto Bolívia/São Paulo/Porto Alegre, que deseja movimentar cerca de 3.500 quilômetros de tubos de 20 metros cada. Seria um navio por mês. Segundo o Conselheiro os responsáveis pela empresa consideram Paranaguá porto estratégico para eles.

6. DRAGAGEM

O Superintendente apresentou balanço do Fundo de Dragagem de que está demonstrado o seguinte:

- Saldo Anterior	R\$ 6.183.820,04
- Arrecadação do mês /Rendimentos/Juros	R\$ 305.085,40
- Despesa (Pgto. à BOSKALIS International By)	R\$ 1.416.211,32
- Saldo Atual.....	R\$ 5.072.694,12

Em seguida, por solicitação do Conselheiro Silvio Gori, disse que a situação da Dragagem é a seguinte:

A largura do canal ficou com 200 metros de largura na base. No Corredor de Exportação 41 pés. Nos berços, a Draga não consegue dragar por causa dos entulhos. Disse existir problemas para liberação pela Receita do equipamento "Arado". Disse que uma vez completados os berços, vai autorizar que a Bacia de Evolução seja dragada para 12,50 metros. Disse que todas as providências já foram tomadas pela APPA.

O Sr. Presidente alertou que o prazo de internamento da Draga venceu no último dia 29 de dezembro e até hoje não foi renovado. O Superintendente completou informando, que tudo que a APPA puder fazer, para liberar o contêiner com o equipamento, fará. Resumindo, disse que o Contrato está cumprido, faltam os berços e dragar a Bacia de Evolução para 12,50 metros.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho quis saber sobre a sinalização e foi informado pelo Sr. Presidente, que tão logo haja definição por parte da DHN do posicionamento das bóias destinadas ao Canal da Gaieta, elas serão lançadas de acordo com as especificações.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire fez alusão a uma publicação na *Revista News* a respeito dos navios de 318 metros com 42 metros de boca com capacidade para 6000 "TEUS", que com as novas condições de calado, Paranaguá já tem condições de receber.

7. PROGRAMA DE OBRAS PARA O PORTO

- *Demolições de Armazéns*

8. ARRENDAMENTOS PLANEJADOS PELA APPA

- *Armazéns*

Manifestando-se a respeito o Sr. Superintendente disse que solicitou a inclusão do assunto em pauta, justamente por causa da preocupação por parte dos trabalhadores no que se refere a empregos. Ao ensejo ressaltou que o perfil do Governador do Estado do Paraná tem em vista o social. A respeito da demolição dos armazéns da faixa, disse que essa medida envolve o patrimônio da União e que o porto tem um processo com o Ministério dos Transportes (em fase adiantada), onde a APPA reúne uma série de justificativas para que o órgão federal faça uma análise do custo benefício pelo aumento de cargas.

Paralelamente a essa providência, a APPA enviou ofícios ao Ministério dos Transportes tratando do arrendamento de armazéns da faixa do cais, visando incentivar o aumento da movimentação de mercadorias anexando também cópia do Edital que o porto fará e que mereceu da parte do órgão federal algumas observação que o porto já corrigiu.

Disse que o seu convencimento dessa providência, se deu pela certeza de que o porto poderá aumentar substancialmente o número de navios.

O Conselheiro Lourenço Fregonese enfatizou que, a decisão de arrendar armazéns, é fruto de estudos. Foi feito um levantamento em todos os armazéns, sua movimentação mês a mês e constatou-se que o armazém que mais movimenta é o 3B; que alguns movimentam não mais de 3 a 4 mil toneladas/mês e, que alguns armazéns da faixa permanecem longo tempo sem mercadoria dentro.

Depois o Conselheiro fez comentários a respeito dos critérios para confecção do Edital e sobre as vantagens de adoção dos arrendamentos, pois neles estão implícitos exigências para que o mínimo movimentado por mês seja 12 mil toneladas. A consequência disso, é a presença bem maior de navios com conseqüente crescimento na movimentação de Carga Geral que no ano passado movimentou 1.800.000 toneladas em 96 poderá chegar 2.500.000 toneladas com os arrendamentos.

O Conselheiro comentou que o arrendamento não trará prejuízos aos portuários, que não correm o risco de perderem seus empregos. Os Fiéis de hoje, na mesma condição farão a fiscalização para a APPA e, os demais aproveitados.

O Superintendente completou as informações dizendo que, o arrendamento realizado nos mesmos moldes da INPACEL vai determinar a presença de mais 200 a 300 navios por ano.

Em seguida, o Sr. Superintendente pediu para distribuir "*Programa de Privatização dos Portos*" e comentou a respeito, inclusive, sobre a consulta feita ao GEMPO sobre as deliberações da APPA, tendo recebido como resposta que Paranaguá aplicasse aquilo que lhe coubesse.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Salientou mais uma vez que a preocupação dos trabalhadores é válida, mas é bem claro que a medida é salutar. O pedido para inclusão na pauta desse assunto, foi para ouvir dos Conselheiros uma opinião, inclusive, se tem de gerenciar. Disse isso porque tem um enorme respeito pelo CAP e por tudo que tem sido conquistado através dele, razão porque gostaria de ouvir os Conselheiros.

A Conselheira Maria do Socorro, disse que visão dos Trabalhadores é muito mais abrangente do que apenas assegurar seu mercado de trabalho e que a preocupação é que sem um Plano de Desenvolvimento, sem um planejamento estratégico, sem a clareza para onde vai o porto, se for realizado agora, arrendamentos, demolições, sem a idéia do que vai acontecer no futuro, nós podemos lamentar profundamente.

A Conselheira teme que isso possa ser o carro numa ribanceira que vá jogar a todos no "buraco".

O Sr. Presidente solicitou do Superintendente que encaminhasse ao CAP subsídios a respeito dos arrendamentos e demolições para manifestação do Conselho, inclusive levando em conta que o patrimônio é de propriedade da União. Solicitou também que fosse encaminhado o que já vem sendo tratado com o Ministério dos Transportes.

Depois o Sr. Presidente tendo em vista ofício de 12.07.95, recebido do Secretário de Produção, do Ministério dos Transportes, solicitou dos Conselheiros, manifestação no sentido de realizar uma consulta em nome do CAP.

O Conselheiro Lourenço Fregonese, reportando-se aos arrendamentos em alguns portos que visitou e as providências que vem sendo tomadas em cada um. Informou sobre os arrendamentos do Porto de Santos e referindo-se à competência do CAP, disse que os procedimentos da APPA estão previstos nos itens 5,6,7 10 e 13 dessa competência. E que o Porto não tem mais tempo a esperar. Disse que a demora de decisão acarreta em perda de mercado. E que a intenção é aumentar a produtividade.

O Sr. Presidente destacou que a iniciativa da consulta é apenas resguardar-se, tendo em vista a orientação recebida e não no sentido de impedir a expansão do Porto e que a intenção é conhecer o pensamento da APPA com relação às áreas e como vai fazer etc.

A consulta que vai realizar, como Presidente do CAP, ao Ministério dos Transportes, é para verificar se existe alguma restrição com respeito a demolição dos armazéns, e se não há nada a opor e, no caso do arrendamento, o objetivo é saber se eles tem alguma outra diretriz ao CAP.

O Sr. Superintendente, dizendo desconhecer o que pensam os demais Conselheiros, manifestou que o assunto está sendo desviado e que ele deseja apenas saber se o assunto é do CAP, ou assunto administrativo. Em relação à consulta pretendida pelo Sr. Presidente, disse ser contra e acha que a ingerência na administração é grande. Entende que o CAP deve fazer aquilo que os Conselheiros desejam que faça. lembrou que existe um ofício do Ministério autorizando os arrendamentos, desde que cumpridas as exigências legais.

Em aparte, o Sr. Presidente reiterou que sua consulta decorre do ofício já mencionado e que dá instruções sobre o acompanhamento desse tipo de assunto.

O Sr. Superintendente justificou dizendo que ele está convencido que tem de arrendar e demolir, apenas deseja ouvir a opinião do colegiado se ele está na contramão dos fatos.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Considera que o assunto não é do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento e sim administrativo.

O Sr. Presidente ressaltou que seu posicionamento não é o de ir de encontro às decisões do Governo do Estado, ou de ser contra a iniciativa que possa ser melhor ao porto. Desconhecia estes entendimentos APPA/Ministério dos Transportes, uma vez que foi mantido à parte, apesar de ser o representante desse Ministério dos Transportes no CAP.

Concedida a palavra ao Presidente do Sindicato dos Estivadores, Isaias Vicente, este fez questão de deixar registrado que a mudança de um trabalhador de uma área para outra só será compreendida se esse trabalhador pertencer ao setor.

Quanto a demolição dos armazéns, disse estar preocupado com a Carga Geral. E informou que seu Sindicato também desenvolve um trabalho no sentido de atrair mais cargas para Paranaguá.

Sobre os armazéns da faixa disse necessitar de melhores informações para poder se manifestar a respeito.

O Conselheiro Luiz Phillippe, reportando-se aos armazéns da faixa portuária, disse que hoje se exige eficiência das operações portuárias. Não se concebe no momento atual a movimentação/dia nos portos que fiquem em torno de 1000 a 1500 toneladas/dia. O que se busca hoje é atingir 5 a 10 mil toneladas/dia. Não se vai conseguir essa eficiência com os portos tendo armazéns tão próximos ao cais. Isso só acontece com portos públicos brasileiros. No mundo inteiro não existe um porto que ainda mantenha armazéns de faixa. Todos retiraram esses armazéns exatamente para aumentar a produtividade, movimentar mais carga por metro linear de cais e com isso duplicar a capacidade de armazéns de retaguarda.

Entende que toda a eficiência do sistema aumenta e isso é fácil de ser constatado, em qualquer porto, e acha que independente de estudo mais amplo de zoneamento do porto, ou o que seja isso, já é uma prática operacional adotada em todos os portos.

Entende ser urgente que o porto adote um modelo que elimine esse armazéns da faixa para aumentar a produtividade dos armazéns de retaguarda, não tendo como opinar a respeito da consulta do Presidente do CAP sobre o assunto.

Insistindo de que não deseja criar nenhum óbice ao desenvolvimento do porto, o Sr. Presidente enfatizou que apenas como representante do Ministério dos Transportes vai fazer a consulta mencionada necessitando para tal de subsídios da APPA, a respeito do assunto, demolição de armazéns.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan, dizendo querer manifestar-se sobre os três assuntos colocados à mesa disse: - Em primeiro lugar é preciso saber a competência do CAP e cita o inciso 9º do Regimento Interno: Promover a racionalização e a otimização do uso das Instalações Portuárias e 16º - Manifestar-se sobre os Programas de Obras, Aquisições e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária, completando em seguida que compete a APPA realizar estudos e propor com referência a realização de obras, melhoramentos, demolições etc. e que não consta que o CAP deve solicitar ao Ministério dos Transportes se devemos ou não fazer alguma coisa que interesse ao Porto.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Lembrou que na posse dos Conselheiros no Ministério dos Transportes, o Ministro disse que o Governo Federal afasta-se dos portos e entrega de acordo com a Lei, ao Conselho de Autoridade Portuária, substituindo com isso o governo, para que tenha mais agilidade nas decisões de governo.

Se a Superintendência entende discutir a respeito do arrendamento no CAP, indagou: Quais os arrendamentos no porto que não deram certo? e citou o arrendamento feito à sua empresa (Az4 e Az5) ao tempo do Engenheiro Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho (cujas mortes lamentou), cujos resultados para o porto é desnecessário mencionar e, que registra crescimento da tonelagem.

Depois, em tom de pergunta, quis saber quais os arrendamentos que deram prejuízos aos Blocos representantes no CAP. Completou dizendo, que tem a impressão que todos se beneficiaram.

A Conselheira Maria do Socorro, em aparte, observou que por falta do planejamento o porto tem hoje um lay-out truncado e citou a sujeira da SANBRA, ao lado da Sadia, que o porto nunca conseguiu limpar.

Continuando o Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan disse que o arrendamento deve ser feito, que o porto não pode ficar como está e que sua posição é a de seu Bloco é que, quem deve tomar providências do que deve ser feito no porto é a administração e ao CAP cabe receber e manifestar-se.

Com todo respeito ao Sr. Presidente, o Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan acha que foi criado um órgão assessoria posterior à lei sem força de decisão.

Concluiu dizendo que deve existir um plano global, mas havendo emergência que se adote medidas emergenciais.

O Sr. Presidente, com relação à sua posição, disse que o CAP incluiu na pauta por solicitação do Sr. Superintendente a questão de demolição e de arrendamentos, e que é necessário trazer ao conhecimento do Conselho o planejamento e as razões que embasaram as medidas reivindicadas. A consulta disse que pretende fazê-la em razão da orientação recebida do Ministério dos Transportes.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho, em aparte, disse que se para qualquer coisa for necessária consulta ao Ministério dos Transportes não há necessidade do CAP. Disse recusar-se ficar ao "arrepio" da lei, e a competência do CAP é clara.

O Sr. Presidente novamente, destacou que não tem nada que vá de encontro ao pretendido pelo porto. Não acredita, por outro lado, existir qualquer restrição por parte do Ministério dos Transportes e que a consulta que pretende fazer, é como representante do Governo Federal, tendo em vista o ofício recebido do Secretário de Produção, mas que o CAP precisa conhecer quais as áreas a serem arrendadas, prazos etc.

Em aparte, o Superintendente informou que os arrendamentos são todos os armazéns da faixa e a demolição prevista para os armazéns 6, 7, 8, 9, 10, e 11. Completou dizendo que as áreas do porto a serem arrendadas, como está previsto no Plano de Privatização dos Portos, tem de passar pela avaliação mais aprofundada do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Sr. Presidente insistiu no pedido de um documento do porto a respeito dos arrendamentos e demolições.

Dada a palavra ao Presidente do Sindicato dos Estivadores, este quis saber se o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto vai sair. Disse estar curioso de saber se os arrendamentos serão feitos e só depois é que se fará o Plano de Zoneamento ?

Em aparte, o Conselheiro, João Gilberto Cominese Freire, disse que o que o Porto pretende, já deveria ter sido feito há cinco anos atrás. Que o arrendamento é mercado e que ele deve ser bem feito senão será inócuo.

Disse que tem que demolir e embasou sua argumentação nas colocações do Conselheiro Luiz Phillippe, de que os armazéns muito próximos do cais estão atrapalhando as operações em Paranaguá. Não se usa mais armazéns de faixa.

O Conselheiro Silvio Gori referindo-se ao assunto demolição e arrendamento fez coro a todas as manifestações em favor delas, dizendo que se vai trazer mais cargas, o CAP tem mais é que apoiar. Referiu-se ao dia da posse e às palavras do Sr. Ministro dos Transportes, já mencionadas de que o governo se retiraria das operações. Criticou a ingerência e lembrou o episódio do reajuste tarifário que o porto dele se prevaleceu.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, alegando que o moderno é cumprir a lei, disse que sua posição é nesse sentido e nessas condições deseja aprovar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

O Sr. Superintendente, disse que o Plano está pronto. Todavia está nas mãos do Governador do Estado para avaliação e manifestação. Arrendamento e demolição, segundo à sua visão não é zoneamento, é decisão interna, administrativa.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, repetiu que tem restrições e que não concorda com a derrubada dos armazéns sem um planejamento, porque mais tarde não deseja ser cobrado por uma coisa que não se mostrou boa.

O Conselheiro Fregonese, em aparte, referindo-se ao Bloco dos Trabalhadores, disse que tudo é uma questão de receio. Que ele não deseja ter a culpa por não ter feito o Estado crescer, quando milhões de dólares estão em jogo. Não é possível segurar toda a economia do Estado por causa do medo ao que é novo.

Sobre o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, disse o Superintendente que está indo à Curitiba verificar como ele se encontra nas áreas do governo e que se for para cumprir a lei, como interpreta o Bloco dos Trabalhadores ele poderá entregar o Plano e concomitantemente autorizar a entrada do Operador Portuário e a valoração tarifária nas mãos do CAP para análise.

O Conselheiro Wilson Moraes, manifestou-se dizendo que o que o Bloco dos Trabalhadores tem pedido é o mínimo. Que também deseja o melhor para o Porto e que deseja preservar o emprego, ainda que concorde com a modernidade.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Sr. Presidente disse aguardar da Superintendência as informações relativas a toda questão dos armazéns da faixa em que pese as informações emitidas na Reunião e registradas na ATA.

O Conselheiro Silvio Gori, invocando o Regimento Interno disse que os assuntos que não estiverem bem estruturados não devem ser colocados em votação e no caso o Conselho não sabe quais os armazéns.

O Sr. Presidente dizendo que o CAP é um fórum de entendimentos ao tomar conhecimento das duas questões, achava que atrás disso viriam os estudos para análise e avaliação do CAP. Afinal, é preciso se conhecer o estudo. Como não existe o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, o estudo é o mínimo que se pede. E se houver necessidade de uma reunião extraordinária, ela será realizada.

O Conselheiro Carlos Antonio Tortato, manifestando-se disse, que todos no CAP tem preocupação com a cobrança e, nesse aspecto o Bloco dos Trabalhadores é o mais cobrado. Por isso entende que o Porto deve subsidiar com documentos a pretensão colocada. Acha que o porto precisa se modernizar, mas entende que é preciso se resguardar quanto aquilo que for aprovado no CAP, especialmente pelos Trabalhadores que são os mais cobrados.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan, dizendo que sempre que possível, é importante manifestar-se com base no Regimento Interno. Leu o artigo 16 que diz o seguinte: "Somente constarão da pauta os processos devidamente instruídos, que conterão, obrigatoriamente: I. Indicação precisa do assunto e II. toda a informação e dados necessários à sua apreciação".

Portanto quando vamos falar em demolição etc. deveríamos na hora da solicitação de inclusão na pauta, fornecer as informações que o colegiado necessita.

O Superintendente assumiu a falha.

9. VALORAÇÃO DA TARIFA PORTUÁRIA

Assunto já tratado na reunião à espera de decisão dos Blocos.

10. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA APPA **- Indicação de novos integrantes**

Foram confirmados os nomes do Conselheiro José Silvio Gori e Wilson Moraes como integrantes do Conselho Administrativo da APPA.

Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão a aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada sem restrições.

EXPEDIENTE

- A. Aprovação da Ata Anterior;**
- B. Posição dos Operadores Portuários;**

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Qualificados 48 Operadores Portuários Pré-Qualificados.

C. Justificativa de Ausência:

- Carlos Roberto Frisoli

CORRESPONDÊNCIAS

1. Expedida

- Comunicação 004/96-CAP, de 09.02.96, informando mudança de data da reunião do dia 23.02.96 para o dia 1º.03.96 às 10:00 horas.

- Resolução 001/CAP, de 26 de janeiro de 1996.

2. Recebida

- Ofício nº 001/CAP, de 08.02.96 à Sra. Thaisa Jensen Pereira, Superintendente da Receita Federal, reivindicando da mesma forma que a ACIAP, a transformação da Inspeção da Receita Federal em Alfândega.

- Ofício Circular 001, 002, 003, 004/96-CAP de 15.02.96, com o mesmo teor, encaminhados respectivamente aos Senhores: José Alexandrino Ferreira Neto (Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá); José Ferreira de Oliveira Neto (Presidente do Sindicato dos Estivadores em Estiva de Minérios de Antonina); João Severino da Silva (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco dos Portos de Paranaguá e Antonina); Esmúndio Alves (Presidente do Sindicato dos Arrumadores de Antonina), convidando-os para participarem das reuniões do CAP, tendo em vista discussão sobre a definição das áreas de fundeio da Baía de Paranaguá.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros, dando por encerrada a reunião e marcou a próxima para o dia **29 de março às 09:00 horas**, tendo eu, **IVANY MARÊS DA COSTA** redigido a presente ATA que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelos Conselheiros abaixo:

*Ivany Marês da Costa
Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior
José Anibal Petráglio
José Silvio Gori
Milton João Machiavelli
Carlos Roberto Frisoli
Arivaldo Barbosa José
José Arnaldo Reichert
Antônio Jairo Matoso
Maria do Socorro M. da Cruz
Júlio Monteiro de Souza
João Gilberto Cominese Freire
Clóvis de Mello
Carlos Oliveira da Velha Filho
Wilson Moraes da Silva
José Carlos Gomes Carvalho*